Ata da Audiência Pública sobre a "Ampliação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Pedra Agroindustrial S/A – Usina da Pedra, Processo IMPACTO 326/2019 (e-ambiente CETESB 014642/2019-18), realizada no dia 09 de dezembro de 2020, às 17 horas.

Realizou-se no dia 09 de dezembro de 2020 a audiência pública sobre a **"Ampliação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Pedra Agroindustrial S/A – Usina da Pedra, Processo IMPACTO 326/2019 (e-ambiente CETESB 014642/2019-18)**. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, em nome do Presidente do CONSEMA, o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente **Marcos Penido,** deu boas-vindas aos cidadãos e cidadãs, membros de órgãos públicos e organizações não governamentais que acompanhavam a audiência pública. O **Secretário-Executivo** agradeceu a presença dos estudantes e professores da Unesp de Rio Claro e da Unifesp de Santo André, da equipe da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Sargento PM Fernando. Esclareceu que a audiência ocorria em **ambiente virtual**, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus), e consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. Informou que o *link* de acesso da transmissão da reunião encontrava-se disponível na página da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema). Informou, resumidamente, que a audiência pública do CONSEMA tem previsão legal na Lei Estadual nº 13.507/2009, e Decreto Estadual nº 55.087/2009, e o rito para a condução das audiências públicas segue as determinações contidas na Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011 e no Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado, em 07 de novembro de 2020. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele e, que nela o acompanhava **Fábio Deodato**, Gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Industriais, Agropecuários e Minerários da CETESB. O **Secretário-Executivo** declarou que tem a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e, garantir a participação dos interessados de modo democrático e organizado. Explicou que as inscrições para o uso da palavra podem ser realizadas por meio do preenchimento de formulário disponível na página eletrônica do CONSEMA, em: *www.infraestruturameioambiente/consema*. Acrescentou que os interessados, assim procedendo, receberão o *link* exclusivo de acesso à sala virtual da audiência, na plataforma Microsoft Teams. Alertou que só poderá fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse até os sessenta minutos estabelecidos para o início da primeira parte da audiência. Informou que o Conselho prevê que as audiências se desdobrem em três momentos ou partes, que passou a detalhar. Na primeira parte tem lugar à apresentação do projeto, para a qual são dedicados 45 minutos e, imediatamente após; faz uso da palavra o representante do Ministério Público, por cinco minutos cada um; seguido daqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles, de até cinco minutos; seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, por 60 minutos, no máximo, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, com direito cada um deles de cinco minutos; a seguir, os conselheiros representantes do CONSEMA e dos CONDEMAs que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um; seguidos dos representantes do Poder Legislativo e, posteriormente; daqueles que representam o Poder Executivo, com direito também a cinco minutos, cada um. No terceiro e último momento da audiência, faculta-se ao proponente do projeto e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, por até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueiam-se aos representantes do CONSEMA presentes, a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Destacou que, após o encerramento dessa audiência as considerações, por escrito, ainda poderão ser encaminhadas, em até cinco dias úteis, ou seja, até o dia 16 de dezembro de 2020, para *consema@sp.gov.br*. Informou que o uso da palavra e a leitura de manifestações serão realizadas obedecendo a ordem dos inscritos, nas etapas previstas e, que os registros escritos, assim como, o vídeo e o áudio da audiência serão mantidos à disposição dos interessados. O **Secretário-Executivo** passou a palavra para **Fábio Deodato**, gerente do Setor de Avaliação de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

Empreendimentos Industriais, Agropecuários e Minerários da CETESB para as suas considerações iniciais. O gerente da Cetesb, **Fábio Deodato** frisou que a audiência pública é uma etapa muito importante do processo de licenciamento, permitindo a coleta das informações e contribuições do público em geral sobre o empreendimento. Informou que o EIA/RIMA do empreendimento encontrava-se em análise no seu setor e, dependia da apresentação pelo empreendedor das informações complementares solicitadas pela Cetesb; do envio das manifestações da Prefeitura Municipal; do Instituto Florestal, sobre a unidade de conservação municipal na área de influência do empreendimento e; de parecer da Cetesb sobre o estudo de dispersão atmosférica. O **Secretário-Executivo** lembrou que a audiência pública faz parte de uma etapa do licenciamento, não deliberativa, com o objetivo dar ciência ao público sobre o empreendimento e colher informações, críticas e sugestões, a serem analisadas pela Cetesb. Ao término dessa etapa, a análise técnica será submetida à apreciação do CONSEMA, antes da emissão da licença prévia do empreendimento. Passou-se a apresentação da proposta. A gerente do Departamento Jurídico Cível e de Gestão Ambiental, **Maria Fernanda Rosin**, do grupo Pedra Agroindustrial S/A apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. Versou sobre a responsabilidade ambiental praticada na área agrícola e citou como exemplo, o Projeto da ESALQ, por meio do qual foi realizado o mapeamento, identificação e recuperação de todas as áreas de proteção permanente dos imóveis pertencentes ao grupo, de seus parceiros e acionistas. Informou que a Usina da Pedra possui um viveiro de mudas capaz de produzir 100 mil mudas, anualmente, de 78 espécies, aproximadamente, tanto para os trabalhos de reflorestamento próprio, quanto para doação para as prefeituras dos municípios do entorno do empreendimento. Relatou que, desde 2007 a Usina da Pedra é certificada pelo programa Protocolo Etanol mais Verde, da SIMA. Além disso, a Usina também é certificada pelo Renovabio, programa do Ministério de Minas e Energia que permite a emissão, pelos produtores de biocombustíveis, de títulos negociáveis na Bolsa de Valores, desde que comprove que suas emissões de gases do efeito estufa são menores que de processos que se utilizam de combustíveis fósseis. Relatou que todas as áreas de exploração próprias e dos acionistas já são cadastradas no CAR e, informou sobre o sistema via satélite que a empresa utiliza para monitorar e identificar focos de incêndio nas áreas de plantação de cana-de-açúcar e as medidas de prevenção adotadas. Quanto à área industrial exemplificou algumas ações técnicas, tais como, a implantação de sistema de circuito fechado das águas da destilaria e a substituição do circuito aberto por torres de resfriamento, com a eliminação do lançamento de águas residuais, no Rio Pardo, assim como, a redução drástica da captação de água superficial. Destacou, igualmente, a alteração promovida no sistema de resfriamento na fábrica de açúcar e a consequente recuperação da lagoa de aspersão, reduzindo perdas por evaporação. Detalhou a alteração do sistema de tratamento de água da lavagem de gases, com o intuito de minimizar o consumo de água e reduzir a geração de águas residuárias. Por fim, relatou a série de programas de responsabilidade social que foram implantados, há décadas, e que estão em andamento. **Kleber Torezan** da consultoria Projec Engenharia Ambiental passou à apresentação do EIA/RIMA ofertando, inicialmente, informações sobre a unidade industrial e o projeto de ampliação da capacidade produtiva, tanto agrícola quanto industrial. Detalhou que o EIA-RIMA prevê o acréscimo de 18% dos dias de safra, ou seja, as safras normais passarão de 170 dias de produção, para 210 dias. Para atingir esse objetivo, é prevista a implantação de novos equipamentos para aumentar a produção de açúcar, com a modernização e flexibilização da capacidade de produção da planta. Com a ampliação pretendida, a usina poderá alterar, durante o período de safra, o seu *mix* produtivo, atingindo patamares de 82% de açúcar e 44% de produção de etanol. Afirmou que essas alterações feitas no processo industrial possibilitaram ampliar a cogeração de energia da empresa sócia, CERPA- Central Energética Rio Pardo. Em resumo, a capacidade de produção anual total será ampliada de 4.300 milhões para, até, seis milhões de toneladas e, a produção de açúcar de 300 mil toneladas, por safra, e a produção de etanol, 587 mil toneladas. Forneceu o detalhamento sobre a ampliação da área total agrícola explorada de 64 mil ha, aproximadamente, para 90 mil toneladas. Detalhou as alterações no processo produtivo e melhorias tecnológicas implantadas para reduzir o consumo e a captação de água. Com auxílio da projeção de imagens, apresentou o quadro resumo sobre o atendimento ao zoneamento agroambiental e reflexos no consumo de água, por tonelada de cana-de-açúcar

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

processada. Discorreu sobre a geração de 748 m^3 de águas residuárias e vinhaça, e a destinação de 931 m^3/h para a aplicação em área agrícola. Afirmou que a área total de aplicação de vinhaça continuará em 21.000 mil ha, devido às características do plano de aplicação de vinhaça adotado pela empresa seguir os critérios da norma vigente. Informou que a energia térmica utilizada pela Usina da Pedra é fornecida por três caldeiras à vapor, das empresas CERPA e BIOPEDRA e explicou que a ampliação prevê a instalação de um turbo gerador novo. Após ofertar dados sobre os recursos humanos da empresa, passou a segunda etapa da apresentação detalhada sobre o diagnóstico socioambiental da área de influência (direta e indireta) do empreendimento, enfocado os estudos relacionados ao meio físico (geológico, geomorfológico, pedológico, avaliação das águas superficiais, subterrâneas) e, meio biológico (fauna e flora). Passou ao detalhamento da avaliação dos impactos ambientais e das medidas preventivas, mitigatórias e compensatórias para ações identificadas. Ofertou o detalhamento do plano de aplicação de vinhaça delineado a partir das diretrizes da Norma Cetesb P4231/2006. Destacou quais são os programas de monitoramento e de mitigação adotados, alguns deles relacionados ao Protocolo Agroambiental; Programa Ambiental de Conservação do Solo; Programa de Conservação dos Recursos Hídricos e; Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Completou que outros programas de monitoramento são executados, em atendimento ao licenciamento atual e referem-se a avaliação da qualidade das águas superficiais, emissões atmosféricas das caldeiras e de monitoramento de solo, em atendimento ao plano de aplicação de vinhaça. Por fim, concluiu sobre a viabilidade ambiental do projeto e a exequibilidade da emissão das licenças devidas pela Cetesb. Passou-se a etapa da discussão. O **Secretário-Executivo** registrou a ausência de manifestações de representante do Ministério Publico e de representantes de entidades da sociedade civil e, sendo assim, anunciou a etapa na qual se manifestam os cidadãos e cidadãs. Procedeu-se a leitura da manifestação escrita encaminhada por **Ana Júlia Traiba da Silveira**: *"é mencionado no EIA-RIMA que a decisão da ampliação proposta pela Usina da Pedra baseia-se na disponibilidade de áreas agrícolas propícias à expansão do cultivo de cana de açúcar na sua área de influência e, que isso se dá, principalmente, pelo término do contrato de exploração da unidade Ipirá. Gostaria de saber primeiro, que estudos ou fatores determinam que as áreas agrícolas sejam propícias à expansão do cultivo de cana de açúcar, se mais da metade dessas áreas são adequadas com restrições ambientais, ou seja, apresentam vulnerabilidades. Segundo: O motivo do término do contrato de exploração está relacionado também com o fato do solo não apresentar mais um bom desempenho. Caso esteja, serão realizadas técnicas de mitigação para recuperação desse solo? E, caso sim, quais serão essas técnicas?"* **Tárik Chaves Taha** da Unesp efetuou a leitura do seguinte trecho do EIA: *" de acordo com o plano de aplicação de vinhaças da safra de 2019 e 20, as áreas de fertirrigação da Usina da Pedra somam um montante de 21 mil e 337 hectares... as amostras de solo realizadas nesse plano de aplicação indicam um potencial de aplicação de vinhaça, no total de 5 milhões e 983 m^3."* Feita a leitura do trecho, lembrou que, conforme o zoneamento agroambiental da cana de açúcar, 51% da área de influência direta encontra-se em áreas com restrições, uma delas com vulnerabilidade geopolítica, e sendo assim, questionou, quais estudos foram realizados para garantir que a aplicação de vinhaça não ocorrerá nas áreas de alta vulnerabilidade ou, se aplicada, não acarretará problemas de contaminação, considerando que no EIA, não constam mapas de onde será aplicada a vinhaça e suas respectivas taxas de aplicação. **Marcus César Avezum de Castro**, professor da Unesp Rio Claro, informou que ministra a disciplina de avaliação de impactos ambientais, e que muitos dos seus alunos estavam acompanhando a audiência pelo *YouTube*. Considerando os dados de geração vinhaça fornecidos formulou os seguintes questionamentos: qual estudo apresentado no EIA-RIMA demonstra que as áreas de aplicação não coincidem com as áreas de alta vulnerabilidade do aterro, que são aquelas áreas constantes no zoneamento ambiental, ecológico e econômico; questionou informações quanto aos estudos de vulnerabilidade do solo à erosão laminar, indicação da geração e das áreas de aplicação da vinhaça; demonstração das condições de vulnerabilidade dessas áreas de aplicação em relação ao aquífero, considerando que Ribeirão Preto, a principal cidade da região é 100% abastecida por meio da captação de água subterrânea e; mediante a elevada densidade hídrica da região, perguntou sobre estudos relacionados ao agravamento da vulnerabilidade dos solos e da qualidade dos corpos hídricos superficiais, em

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

épocas de picos chuva. Passou-se aos esclarecimentos. **Kleber Torezan** da consultoria Projec Engenharia Ambiental, em resposta aos questionamentos, informou que toda a execução e implementação da atividade de aplicação de vinhaça em solo agrícola baseiam-se em critérios estabelecidos na norma técnica CETESB P4231/2006, revista em 2015. Detalhou que essa norma, estabelece como etapa primeira a realização de caracterização dos solos da área, com base em suas características ambientais, fertilidade, mediante critérios amostrais rigorosos. A norma também estabelece critérios de coletas de amostras para a caracterização do solo e da vinhaça, nos períodos entre as safras. Detalhou que esses dados fornecerão subsídios para o estabelecimento do volume de vinhaça a ser aplicado em áreas agrícolas. Portanto, com base nas características do solo e características da vinhaça, afirmou que é possível estabelecer qual o potencial das áreas para receber a vinhaça. Quanto a vulnerabilidade do aquífero informou que as áreas mais sensíveis/vulneráveis são estabelecidas quando da elaboração do Protocolo Agroindustrial. Informou que a Decisão de Diretoria Cetesb nº 132/2018 estabeleceu a obrigatoriedade de implantação de poços de monitoramento em áreas de aplicação de vinhaça. Esclareceu que o EIA-RIMA foi finalizado antes da execução desses poços, mas a Usina da Pedra já possui em suas áreas agrícolas de aplicação de vinhaça esses poços de monitoramento implantados. Completou que esse é mais um dos instrumentos que auxiliam no monitoramento periódico semestral da qualidade das águas subterrâneas, frente à aplicação. Mediante os dados que dispunha no momento da audiência garantiu que, mesmo com a ampliação do volume de aplicação da vinhaça (220 m^3/h), a área agrícola atual terá condição de absorver o volume adicional que vai ser gerado. Com relação à erosão do solo, afirmou que a equipe do Departamento Agrícola da empresa, seguem normas específicas de implantação da cultura da cana-de-açúcar, dentre as quais, a específica para áreas de solo com as características encontradas no local e, que estabelece as medidas de prevenção de processos erosivos. Detalhou que o setor sucroalcooleiro submete, anualmente, seu Protocolo Agroambiental à provação e certificação da SIMA. **Maria Fernanda Rosin**, do grupo Pedra Agroindustrial S/A esclareceu que a Usina Ibirá continua em atividade e detalhou que durante os vinte anos que o grupo utilizou a área em sistema de comodato e arrendamento, implantou uma série de medidas de melhorias no parque industrial. O gerente da Cetesb, **Fábio Deodato** esclareceu que, durante as análises do EIA/RIMA também constatou-se a falta de algumas informações em relação à vulnerabilidade à contaminação do aquífero e suscetibilidade a processos erosivos. Por esse motivo, a Cetesb solicitou dados complementares, inclusive o levantamento de dado primário sobre a qualidade das águas subterrâneas e superficiais. Foram solicitadas também informações sobre a distribuição das áreas agrícolas no mapa de risco à erosão e, nesse sentido, relatou que a Usina da Pedra foi selecionada para a execução da primeira fase de elaboração do Plano Estadual de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, em atendimento a Decisão de Diretoria da Cetesb nº 132/2018. Afirmou que, a partir dos dados levantados, a análise da vulnerabilidade da região será aprofundada. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** reiterou que todo e qualquer interessado teria ainda, até 16 de dezembro para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, para o e-mail: consema@sp.gov.br. E, em nome do Presidente do CONSEMA, o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente Marcos Penido, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

Audiência Pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento "Ampliação Industrial e Agrícola", de responsabilidade de **Pedra Agroindustrial S/A**.

Processo: 326/2019 - ambiente CETESB 014642/2019-18

Dia: 09/12/2020 Local: Serrana – SP Horário: 17h00

ANSELMO GUIMARÃES. Muito boa tarde a todos. Sejam todos bem vindos aqui, aos trabalhos da presente audiência pública. Me apresento, sou Anselmo Guimarães, secretário executivo do CONSEMA. Peço aqui, nós estamos com distanciamento e tomando todas as precauções aqui para a não proliferação do COVID-19, vou pedir apenas licença para tirar aqui a máscara pra gente poder me expressar melhor aqui. Então muito obrigado, boa tarde a todos. A presente audiência pública virtual está sendo realizada em ambiente de vídeo conferência em virtude das recomendações e cuidados referentes ao controle da pandemia do COVID-19, novo Corona Vírus. A transmissão ao vivo da presente audiência pública será realizada pelo portal da secretaria de infraestrutura e meio ambiente e o endereço é www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/CONSEMA. Recomendamos a todos aqueles que estiverem dentro do ambiente de vídeo conferência que por favor mantenham seus microfones desabilitados e vão habilitando à medida que forem convocados para fazer o uso da palavra. A presente audiência pública virtual versará sobre um estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório de impacto ao meio ambiente do empreendimento Ampliação Industrial e Agrícola Usina da Pedra. A mesa diretora virtual está sendo composta por mim, Anselmo Guimarães secretário executivo do CONSEMA e também por Fábio Deodato, gerente da CETESB, a Companhia Ambiental de São Paulo. A audiência pública do CONSEMA é regida pela lei estadual de número 13.507 de 2009, pelo decreto estadual número 55.087 de 2009 e pela deliberação normativa CONSEMA 1 de 2011. A audiência pública ela é um evento aberto público onde são apresentados os aspectos ambientais do projeto ou da proposta a todos, tendo objetivo primordial de dirimir dúvidas e conhecer a opinião pública, recolhendo críticas e sugestões acerca de projetos de licenciamento ambiental sujeitos a estudo de impacto ambiental, criação ou alteração de unidades de conservação, zoneamento ecológico econômico e outras questões de interesse ambiental na forma da lei. O edital de convocação, onde foram colocadas as regras para a participação com base na deliberação normativa CONSEMA 1 de 2011, foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 07 de novembro de 2020. Eu, como secretário executivo do CONSEMA tenho uma função regimental de conduzir os trabalhos de forma isenta e neutra e garantir a fala dos interessados de modo democrático e organizado. As inscrições para a participação dos debates e para manifestação têm que ser feitas via o formulário que está na página do CONSEMA, www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/CONSEMA, aqueles que optarem por fazer o uso da palavra receberão, serão direcionados para um link para o acesso à plataforma Microsoft Teams ou podem também encaminhar as perguntas por escrito, onde poderão registrar no formulário eletrônico essa opção e o seu questionamento será lido aqui pela mesa no tempo destinado para e fala e na ordem de inscrição. As inscrições para os debates se encerram 60 minutos após a abertura dos trabalhos, nós começamos as 17 horas e 5 minutos, nós vamos encerrar as inscrições para os debates as 18 horas e 5 minutos. Então como nós falamos, para as manifestações as regras, as

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

falas e a leitura das contribuições inseridas no formulário serão feitas no intervalo de tempo e na ordem de inscrição. Cada interessado terá direito a uma manifestação, sendo vedada a duplicidade de manifestação e os representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos ou entidades públicas deverão comprovar a legitimidade da sua representatividade dentro do formulário específico para isso. Os registros dos trabalhos em áudio e vídeo e a transmissão ao vivo constarão do processo para serem consultados por qualquer interessado, além dos registros por escrito contendo data, hora e local e a síntese das falas dos participantes. Vamos passar então a exposição das partes da audiência pública. A audiência pública do CONSEMA ela é dividida em 3 partes, sendo que a primeira parte tem lugar às apresentações do estudo, então inicia-se com a apresentação e a exposição da proposta pelo representante do empreendedor com o tempo de até 15 minutos. A seguir nos temos a exposição pela equipe responsável pelo estudo técnico tem até 30 minutos. E a seguir a segunda parte que é a participação do plenário virtual, é a parte central da audiência onde os interessados poderão fazer o uso da palavra, colocando suas críticas, sugestões e também solicitações de esclarecimento. Tem início então com o Representante do Ministério Público, a seguir Entidades da Sociedade Civil, cada um por 5 minutos, depois a seguir tem o seguimento das Pessoas Físicas que são os cidadãos ou cidadãs que não representam órgãos ou entidades, cada um por 3 minutos, sendo esse o único seguimento da audiência pública que tem um limite máximo de tempo que é de 60 minutos. A seguir os representantes de órgãos ou entidades públicos devidamente registrados e com a legitimidade da sua participação comprovada, depois membros de Conselhos de Meio Ambiente, Parlamentares e, por fim, encerramos com representantes do poder executivo. A seguir nós teremos a terceira parte que são as repostas e os comentários, onde o empreendedor novamente terá novos 15 minutos para ofertar esclarecimentos e comentários acerca daquilo que foi colocado na audiência pública. Depois o representante da equipe responsável pela elaboração do estudo técnico terá novos 15 minutos, eventualmente conselheiros do CONSEMA que estiverem acompanhando a audiência pública teriam 10 minutos divididos entre ambos e por fim os comentários finais do representante da CETESB. Após o encerramento dessa audiência pública é aberto um prazo de 5 dias úteis para o encaminhamento de contribuições acerca do presente projeto, então temos até o dia 16 de dezembro de 2020, sendo que essas contribuições poderão ser encaminhadas para o e-mail consema@sp.gov.br. Passei aqui e não passei aqui, então repetindo, até o dia 16 de dezembro para o e-mail consema@sp.gov.br. Então agradeço a participação aqui de todos, peço, vou abrindo então aqui a palavra inicialmente para o colega da CETESB, Fábio Deodato, que tá aqui representando então a diretoria de impacto ambiental do setor de avaliação de empreendimentos industriais, agroindustriais e minerários, a sigla IEEM. Fábio, muito obrigado pela presença, por nos acompanhar, peço então que você habilite seu microfone e, por favor, pode fazer seus comentários iniciais, obrigado. **FÁBIO BARRETO.** Boa noite a todos, o EA-RIMA da Pedra agroindustrial está em análise atualmente no nosso setor. Gostaria de dizer que a audiência pública é uma etapa muito importante do processo de licenciamento né, é um momento de colher informações e contribuições do público em geral né sobre o empreendimento. Atualmente, aguardamos a apresentação de informações complementares pelo empreendedor né, o EIA-RIMA e também aguardamos algumas manifestações obrigatórios dentro do processo de licenciamento, como a manifestação do Instituto Florestal, da Prefeitura Municipal também, tem uma unidade de conservação municipal afetada pelo empreendimento e também aguardamos manifestação do setor responsável pela análise do estudo de dispersão, setor técnico da CETESB mesmo.

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

Então atualmente esse é o panorama da situação né, da análise do EIA, estamos aguardando algumas informações complementares e gostaria de desejar boa audiência a todos e reiterar a importância dessa audiência né, no processo de licenciamento. É uma etapa bastante importante e eu espero que a gente tenha bastante contribuição das pessoas que estão participando, então desejo boa audiência a todos. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado ao Fábio da CETESB, ele irá nos acompanhar aqui e irá fazer os comentários ao término da audiência. Gostaria de relembrar a todos que a presente audiência pública é um momento processual, não tem caráter terminativo deliberativo e sim de recolher as, de levar o conhecimento ao público desse empreendimento e recolher também as sugestões e as críticas acerca do presente empreendimento. Depois disso a CETESB vai fazer a análise técnica e quando finalizada ela ainda passa pelo crivo do plenário do CONSEMA, antes da emissão da licença prévia. Dessa forma vamos passar então à primeira parte da audiência pública, que é a exposição do projeto para qual eu convido aqui então pra fazer inicialmente o uso da palavra, falando aqui pela Usina da Pedra, a gerente do Departamento Jurídico Cível e de Gestão Ambiental, Maria Fernanda Rosin que está aqui conosco, ela então tem 15 minutos pra fazer a exposição, muito obrigado, a palavra é sua então, fique à vontade. **MARIA FERNADA ROSIN.** Obrigada Anselmo, vou pedir a licença também para tirar a máscara devido ao nosso distanciamento aqui. Boa tarde a todos, meu nome é Maria Fernanda Rosin, eu sou gerente do Departamento Jurídico Cível e de Gestão Ambiental do grupo Pedra Agroindustrial e em nome da empresa e de toda diretoria eu agradeço a presença, mesmo que virtual de todo mundo devido a Pandemia e faço isso especialmente nas pessoas do senhor Anselmo Oliveira do CONSEMA e também do senhor Fábio Deodato, da CETESB. Bom, no âmbito do EIA-RIMA, da ampliação da capacidade produtiva da Usina da Pedra, eu vou usar esses meus 15 minutos, vou tentar fazer em 15 minutos um panorama geral de quem somos nós, quem é o grupo Pedra Agroindustrial, que já é um grupo muito reconhecido há muitos anos no setor sucroenergético. Bom, a Pedra Agroindustrial atualmente ela é constituída de 3 unidades agroindustriais. A Usina da Pedra aqui no município de Serrana, em funcionamento desde 1931, que hoje conta com 1 mil e 833 funcionários. A Usina Buriti, que fica na cidade de Buritizal, cuja primeira safra foi em 1995, hoje com 1 mil e 84 funcionários. E a Usina Ipê, que é a nossa mais recente unidade agroindustrial que fica em Nova Independência e teve a sua primeira safra em 2008 e hoje conta com 1 mil e 75 funcionários, ou seja, são quase 90 anos de história e quase 4 mil funcionários próprios. Ao longo de todo esse tempo, obviamente nós fomos evoluindo como empresa, como organização e fomos dando mais importância à gestão e, nesse sentido, a gente começou a formalizar alguns dos nossos nortes, o que norteia a atividade da nossa empresa e dos nossos funcionários. Com isso, a gente formalizou em um passado não tão distante assim, no caminho do projeto de governança mais estruturado o nosso negócio, a nossa missão, a nossa visão e os nossos princípios. Qual é o nosso negócio? O nosso negócio é energia renovável, produzir energia a partir da cana de açúcar é uma alternativa pro desenvolvimento sustentável do planeta e contribui para construir o futuro que queremos. A nossa missão é atuar na área de energia renovável com competitividade, respeitando o meio ambiente e contribuindo pro desenvolvimento social e a nossa visão é crescer sustentavelmente na produção de energia renovável, estando entre as melhores do setor. E quais são os princípios que norteiam todas essas nossas ações? O primeiro deles é a integridade, que está presente em todas as nossas ações. O segundo a produtividade, é o nosso desafio permanente. A unidade, o espírito de equipe, o trabalho em equipe é fundamental para o desenvolvimento das nossas empresas de modo geral. E, por último mas não menos importante, a solidez, é a nossa

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

visão para o futuro, é o nosso compromisso com o futuro. Esse é o norte do grupo como um todo e é assim, claro, com uma de suas unidades que é a Usina da Pedra, que é a unidade empreendedora nesse licenciamento. A Usina da Pedra ela é uma empresa, como eu já disse, que foi construída em 1931 e tudo começou com a aquisição da Fazenda São Joaquim da Pedra pelo senhor Pedro Biagi. Nessa primeira fase, foram produzidas 3 mil e 600 sacras de açúcar de 50 quilos e se produzia um pouco de pinga também. Então aí foi o início de tudo, dessa história, com a denominação de Pedro Biagi e Filhos. Em 1953 a alteração foi denominada para Irmãos Biagi S/A Açúcar e Álcool e, desde de 2007, quando nós nos tornamos uma agroindústria, a razão social mudou para Pedra Agroindustrial S/A que permanece até hoje. A Usina da Pedra ela fica no município de Serrana, na região metropolitana de Ribeirão Preto dentro do estado de São Paulo e ela tem como área de influência direta 14 cidades da região né, ou seja, o impacto do nosso trabalho se reproduz por muitas famílias e muitas pessoas, um impacto positivo a gente pode dizer depois de quase 90 anos. E o que que a gente está buscando com esse licenciamento? O que que a gente pretende? Nós estamos buscando o aumento da nossa capacidade produtiva e isso vai impactar em alterações tanto no âmbito da indústria quanto no âmbito agrícola. Nesse sentido, nós vamos ter alteração de moagem, a gente está buscando uma moagem de 6 milhões de toneladas por ano, nós vamos ter alteração no nosso mix de produção, aqui na tabela o etanol se vocês virem vai estar diminuindo um pouco pra dar lugar um pouco mais a produção de açúcar com a implantação de novos equipamentos na indústria. É claro que esse mix pode mudar ao longo da safra ou das safras que virão, mas a gente vai ter a capacidade de produzir mais açúcar. Nós vamos aumentar a produção de energia elétrica e continuar exportando e exportando cada vez mais como a gente já faz nos dias de hoje. Pra isso, nós vamos aumentar nossa área agrícola, mas vamos também aumentar os nossos dias de safra, ou seja, a indústria vai moer por mais tempo ao longo do ano e isso é uma grande responsabilidade, a gente não nega isso, a gente tem muita consciência disso porque atuar no agronegócio é uma grande responsabilidade né, a responsabilidade inclusive de prover a segurança alimentar pro mundo, prover a segurança alimentar e energética em nível mundial. Nesse sentido, como a gente pode ver aqui, nós temos aí ao longo dos anos que vão vir um aumento quase que exponencial da população mundial né. Hoje a gente está com quase 8 bilhões e 200 habitantes no mundo, sendo que em 2100 a gente deve chegar a mais de 11 bilhões e essas pessoas elas vão consumir e elas tem que se alimentar e, pra isso, se espera do Brasil um aumento na sua produção de 41%, ou seja, o Brasil nos próximos anos, é esperado do Brasil e esses são dados da USDA, que é o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, que espera do Brasil um aumento de 41% enquanto pra China e pros Estados Unidos, é esperado respectivamente um aumento de 15% e 10%, lembrando que a China e os Estados Unidos têm territórios maiores do que o Brasil. Esse é o potencial do agro brasileiro perante o mundo, mas isso não é uma novidade né, se a gente olhar os dados, opa desculpa, se a gente olhar os dados atuais, esse é um estudo feito por diversas instituições que estão aí abaixo listadas, a APEX, a UNICA, CNA, Sociedade Rural Brasileira. E esse estudo o que ele demonstra? Que o Brasil hoje já é o terceiro lugar na exportação mundial total de produtos agropecuários, ou seja, a gente só está atrás da União europeia e dos Estados Unidos na exportação, a gente responde por 8% de todos os produtos agropecuários exportados no mundo e a previsão de aumento médio da nossa produção é maior do que a previsão do aumento médio da produção mundial, ou seja, na média a gente vai crescer individualmente mais do que o mundo como um todo. No que diz respeito ao açúcar, que é a commodity com a qual a gente lida, hoje nós já temos o primeiro lugar de produção mundial, a gente responde por 20% da

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

produção mundial e a gente hoje ocupa o primeiro lugar em exportação, 44%. Então é uma responsabilidade muito grande e é uma responsabilidade em aumentar, de garantir a segurança alimentar do mundo, mas também é uma responsabilidade que envolve outros aspectos né, e esses aspectos eles dizem respeito a um caminho que a gente já iniciou e que já foi trilhado pela empresa que sempre foi trilhado pela empresa e é um pouco sobre isso que eu vou falar pra vocês, no que diz respeito à responsabilidade ambiental e social da empresa do grupo Pedra Agroindustrial como um todo. Com relação à responsabilidade ambiental da área agrícola eu posso citar alguns exemplos, nos temos desde 2006 um projeto que é chamado de Projeto ESALQ, no qual a gente mapeou, identificou e recuperou todas as áreas de proteção permanente dos nossos imóveis e inclusive imóveis de alguns parceiros, imóveis de acionistas. Desde 2006 nós já plantamos através desse projeto mais de 650 mil mudas e recuperamos mais de 409 hectares de vegetação e tem mais por vir. A Usina da Pedra tem um viveiro de mudas que é capaz de produzir 100 mil mudas anualmente, em uma variedade média de 78 espécies diferentes, essas mudas elas são usadas nos nossos reflorestamento mas invariavelmente também são doadas para outras instituições e para as prefeituras dos municípios do nosso entorno. Desde 2007 a Usina da Pedra é certificada no programa Protocolo Etanol mais Verde, desde a sua versão inicial o protocolo Etanol mais Verde é um projeto da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo que certifica as empresas que conseguem comprovar o cumprimento de alguns critérios ambientais e a gente faz isso desde 2007. Foi inclusive em decorrência desse protocolo que nós antecipamos a extinção da queimada controlada nas nossas áreas de exploração, antecipando o prazo da própria lei estadual. Além disso, nós já somos certificados no Renovabio, o Renovabio é um programa do governo federal do Ministério de Minas e Energia que permite para as produtoras de biocombustíveis a emissão de títulos negociáveis e bolsas desde que essas empresas comprovem que o seu processo produtivo tem menos emissão de gases do efeito estufa se comparados ao processo produtivo dos combustíveis fósseis, do que a gasolina e a gente sempre fez isso e agora nós estamos sendo certificados pra isso. O CAR, todas as nossas áreas de exploração próprias e de acionistas estão já cadastradas no CAR desde o seu primeiro prazo final, o CAR teve vários prazos finais e a gente já está cadastrado desde o primeiro prazo e por ele a gente consegue ver a foto que nós temos 3 mil hectares de reserva legal, a grande maioria já recuperada. Além disso, uma outra iniciativa da empresa da área agrícola foi a aquisição de um sistema inovador que se chama CYAN Fire Alert, ele monitora via satélite áreas de cana de açúcar e permite identificar com uma rapidez nunca antes vista focos de incêndio e dispara alerta para o nosso pessoal pra que o combate seja feito da forma mais efetiva possível. Além disso, nós fazemos parte de um plano de auxílio mútuo para combate à incêndio com mais 12 grandes fornecedores, a gente divide equipamento, a gente divide pessoal pra combater o fogo não só nas áreas de quem participa mas nas áreas dos vizinhos também. E, por fim, na área agrícola a gente participa da campanha da ABAG contra os incêndios que basicamente é uma campanha de prevenção e educação da população para que volte os olhos para os perigos dos incêndios, não somente na área rural mas também na área urbana. Responsabilidade ambiental na área industrial, alguns exemplos que eu trouxe foi o fechamento do circuito de água da destilaria, a gente firmou um plano de melhoria ambiental com a agência da CETESB de Ribeirão e o circuito aberto que existia ele foi substituído por torres de resfriamento, com isso a gente eliminou 100% o lançamento de água no Rio Pardo e diminuímos também drasticamente a captação de água superficial. Outro exemplo de responsabilidade ambiental da indústria foi a alteração do sistema de resfriamento na fábrica de açúcar e a consequente

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

recuperação da lagoa de aspersão né, isso, a área da lagoa onde ficava a lagoa de aspersão vai ser recuperada e o circuito passou a ser mais eficiente e está reduzindo perdas por evaporação. Outra iniciativa foi a alteração no sistema de tratamento de água da lavagem de gases, esse sistema foi implantado com o intuito de minimizar o consumo de água e reduzir a geração de água residuária. Entrando no âmbito da responsabilidade social, eu vou mostrar alguns programas pra vocês e a maioria deles são programas instituídos há décadas na empresa né, um deles é o plano de saúde subsidiado e o ambulatório médico interno que nós temos. O subsídio da empresa para esse plano gira em torno de 60% pros funcionários, então um plano bem vantajoso. Nós temos um programa de viagens também parcialmente subsidiado pela empresa onde todo final do ano, férias de julho o funcionário pode optar por um destino, por certos destinos e viajar as vezes, muitas vezes, pela primeira vez. A gente faz uma suplementação alimentar dos rurículas e isso desde 2002, nós temos um programa que estimula a prática de exercícios físicos, nós temos um projeto Mulher que é um momento do ano onde as funcionárias são referenciadas digamos assim, é muito famoso. Nós temos um programa de Saúde Bucal, nós temos o Programa Papai Noel, todo final de ano todo filho de funcionário da empresa recebe presentes com a presença do Papai Noel, com uma peça de teatro, esse ano infelizmente por motivos óbvios a gente teve que alterar um pouco o esquema, mas os presentes foram distribuídos, o papai Noel mandou mensagem pelo Whatsapp para todas as crianças e esse programa é muito famoso e muito esperado. Nós temos o Programa Alongue-se que aplica ginástica laboral no campo e nós temos o Programa Relógio de Ouro. O programa Relógio de Ouro presenteia com um relógio, todo ano, os funcionários que naquele ano completaram 30 anos de empresa e isso não é um caso isolado ou outro, a gente tem muita gente que permanece na empresa por 30 até 60 anos né. Com isso, com esses poucos exemplos que eu quis trazer pra vocês, a gente pode ver que essas iniciativas, algumas implantadas há décadas como eu disse, provam que a empresa sempre seguiu o caminho do desenvolvimento sustentável né. E, mesmo antes dos mercados se importarem com isso, mesmo antes do consumidor voltar o seu olhar pra essas questões, mesmo antes de qualquer sigla ser famosa digamos assim, a empresa sempre prezou e vai continuar prezando pelo olhar sobre os aspectos ambiental, social e de governança. Assim, ela vai sempre trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável, que de acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, é o processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e as necessidades humanas. É com isso que a gente trabalha, é com isso que a gente vai continuar trabalhando e essa expansão pretendida vai nos manter nesse caminho porque, como eu disse, é um caminho sem volta. Eu estou a disposição para eventuais perguntas, agradeço novamente e as questões técnicas em si agora vão ser tratadas pelo nosso responsável técnico pelo estudo, muito obrigada. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado, essa foi a Maria Fernanda Rosin, falando pela Usina da Pedra, muito obrigado, ela fez a exposição aqui então do projeto e também da proposta. Relembrando a todos que o acesso para a presente audiência pública, aqueles que tiverem interesse em participar, peço que informe isso no formulário de inscrição que é acessado pelo site www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/CONSEMA e lá ele vai preencher a opção por participar e fazer a manifestação, aqueles que quiserem acompanhar eles vão prosseguir acompanhando via YouTube. Dessa forma vamos passar então à exposição das informações técnicas, do estudo técnico que foi feito aqui pela consultoria Projec

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

Engenharia Ambiental, então convido aqui o representante da consultoria Projec, senhor Kleber Torezan, que vai fazer aqui a exposição do estudo. Senhor Kleber, muito obrigado, o senhor tem então 30 minutos para fazer a exposição, fique a vontade, eu vou pôr a minha máscara aqui caso queira também, você está distante né, fique a vontade. **KLEBER TOREZAN.** Boa tarde a todos, conforme orientações do doutor Anselmo e respeitando as regras do COVID-19, eu vou retirar a minha máscara para a realização da apresentação. **ANSELMO GUIMARÃES.** Só um minuto, desculpa Kleber, nós não estamos no Teams aqui agora nesse momento. Nós estamos aqui no YouTube normalmente, a gente só precisa corrigir aqui e voltar para o Teams. Ele está acima CONSEMA aqui só que nós não estamos vendo ninguém aqui. Peço a todos apenas um instante aqui só para a gente corrigir aqui porque se não o pessoal acompanha via YouTube, só que aqui dentro da plataforma a gente já efetua aqui essa. Voltamos, muito obrigado a todos pela compreensão, a gente já está aqui normalmente no Teams e no YouTube. Dessa forma então peço aqui ao Kleber, obrigado pela compreensão, peço então que retome aí, vamos começar então a contar o tempo, obrigado Kleber. **KLEBER TOREZAN**. Boa tarde a todos novamente, nós, não, acredito que devo começar diferente. Boa tarde a todos, meu nome é Kleber Torezan, sou responsável técnico pela empresa PROJECT Engenharia Ambiental e fomos contratados pelo grupo Pedra agroindustrial para realizar o EIA-RIMA, o estudo de impacto ambiental, visando a obtenção no licenciamento ambiental para a expansão da capacidade produtiva tanto industrial quanto agrícola, visando a ampliação pretendida. Então, o nosso EIA-RIMA, o estudo ele foi inicialmente submetido a aprovação da CETESB de um plano de trabalho, após essa análise foi emitido um termo de referência onde constou toda a base técnica que esse EIA-RIMA deveria ter. Esse EIA-RIMA está a disposição para a consulta no site da CETESB também durante esse período pré-audiência pública para as pessoas realizarem o download. Então, nesse curto espaço de tempo que eu tenho aqui para fazer a apresentação, eu condensei todas as informações técnicas de forma que ficasse mais fluída o entendimento de tudo aquilo que foi abordado dentro do estudo. Então, iniciamos a nossa apresentação com a divisão da estrutura do EIA-RIMA, essa estrutura na audiência aqui ela vai ser dividida em 5 tópicos. Inicialmente falaremos sobre as informações referentes à unidade industrial e o seu projeto de ampliação, tanto agrícola quanto industrial. No tocante à ampliação da capacidade de moagem da produção industrial, a primeira etapa ou primeiro aquilo que dá substância para essa ampliação é o crescimento dos dias de safra que a unidade vai processar. Está previsto dentro do EIA-RIMA um acréscimo de 18% dos dias de safra, ela vai alterar as suas safras normais de 170 dias de produção para 210 dias de produção. Estão previstos também a implantação de novos equipamentos, visando o aumento da produção de açúcar, conforme foi apresentado pela Fernanda, a commodity que vai mais ser ampliada nesse projeto de crescimento é a produção de açúcar. Também, está previsto nesse projeto uma modernização e uma flexibilização da capacidade de produção da planta. Com a ampliação pretendida, a usina poderá alterar durante o período de moagem, durante o período de safra, o seu mix de produção industrial, ela pode alterar um mix de 82% destinado a produção de açúcar até um mix de 44% de produção de etanol. Com essas ampliações, com essas alterações que serão colocadas e inseridas no processo industrial, será possível ampliar a cogeração de energia que é realizada por uma empresa da qual a Pedra Agroindustrial é sócia que é a CERPA, Central Energética Rio Pardo. O quadro apresentado ele mostra as principais, os principais números que serão obtidos após a ampliação do projeto, a capacidade de produção anual ampliada de 4 milhões e 300 mil para até 6 milhões de toneladas, a produção de açúcar será ampliada de 300 mil toneladas por safra para 587 mil e a

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

produção de etanol, que em função do mix, será reduzido um pouco a sua produção e também a geração de todos os outros subprodutos que, de uma maneira ou de outra, tem a sua utilidade dentro do processo produtivo tanto industrial quanto agrícola. Falando agora sobre as áreas agrícolas, o crescimento da área agrícola para esse projeto de ampliação está baseado no aumento da participação dos fornecedores independentes, é uma modalidade de atuação que a empresa já possui hoje, mas nesse projeto de ampliação ela pretende ampliar esse tipo de exploração. E também, o aumento das áreas de parceria agrícola, os números apresentados na tela mostram que o projeto, a área total agrícola explorada atualmente de 63 mil, quase 64 mil hectares será ampliada ao final do projeto para próximo a 90 mil toneladas, 90 mil hectares, perdão. Então, as áreas próprias de cultivo agrícola não têm previsão de expansão, as áreas de parceria agrícola cerca de 6 mil hectares e as áreas de fornecedores próximas a 20 mil hectares ai, que são as áreas principais que serão destinadas ao projeto de exploração agrícola. Dentro do processo de fabricação tanto do etanol quanto do açúcar, um dos principais recursos utilizados são os recursos hídricos. Conforme já dito rapidamente pela Fernanda, dentro do EIA-RIMA da Usina da Pedra, um dos tópicos mais importantes foi estudado e resgatado foi a execução do plano de melhoria ambiental que a Usina realizou junto à agência ambiental da CETESB de Ribeirão Preto. Esse PMA possibilitou reduzir a captação de água no Rio Pardo que atualmente, antes da implantação do PMA era de 5 mil e 500 metros cúbicos por hora e também a captação subterrânea de 4 poços cerca de 400 metros cúbicos por hora. O quadro apresentado aqui ele mostra resumidamente a situação com relação ao atendimento ao zoneamento agroambiental, como o consumo de água da Usina era muito grande o consumo específico ele era muito alto, 5,7. Com a ampliação pretendida no projeto do EIA-RIMA e a execução do PMA, após a ampliação a moagem será ampliada para 1 mil e 250 toneladas por hora, o consumo de água pelas implantações dos sistemas será reduzido e o consumo específico será atingido, aquilo que é colocado dentro do zoneamento agroambiental, de 0,63 metros cúbicos de água por tonelada de cana, o zoneamento agroambiental estipula que para a região onde aqui o empreendimento se encontra, o consumo específico de água deveria ser de 0,7 metros cúbicos de água por tonelada de cana, então a implantação do PMA e a ampliação pretendida pela Usina traz mais um benefício ai na questão do atendimento as legislações ambientais. Agora falando ainda sobre geração dos efluentes líquidos e industriais, sabemos que as usinas de etanol e açúcar são grandes geradoras de efluentes e no estudo, aqui no EIA-RIMA da Pedra, isso foi amplamente discutido. Na situação atual, a empresa gera cerca de 748 metros cúbicos de águas residuárias e vinhaça para a destinação na aplicação agrícola, com a ampliação pretendida esse número será ampliado para 931 metros cúbicos por hora. A área de aplicação de vinhaça atualmente é de 21 mil e 330 hectares e, para a ampliação pretendida, continuará ainda com a mesma área de ampliação, isso só é possível dadas as características que a Usina já executa hoje dentro do seu plano de aplicação de vinhaça. Como a norma já é bem atendida e a aplicação dos efluentes é realizada de modo racional, não há uma sobreutilização na fertirrigação, foi verificado e diagnosticado dentro do EIA que as áreas atuais de aplicação de vinhaça têm condição de receber esse aumento de cerca de 200 metros cúbicos de águas residuárias e de vinhaça oriundos da ampliação pretendida pela empresa. Geração de energia térmica, a geração de energia térmica na Usina da Pedra é provida por duas empresas distintas, a primeira delas é a CERPA, que possui uma caldeira de 150 toneladas de vapor por hora e as outras duas, a caldeira número 2 e número 3 são caldeiras de 200 toneladas hora, que são caldeiras que são operadas pela empresa BIOPEDRA. A geração de energia elétrica é realizada também através dessas duas

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

empresas, existem turbos geradores que são operados pela CERPA e turbos geradores que são operados pela empresa BIOPEDRA. Conforme dito anteriormente, com a ampliação pretendida pelo empreendimento, o processo produtivo será possível a implantação de um novo turbo gerador, esse novo turbo gerador será implantado na casa de força atual e ele passará a ser operado pela empresa CERPA. A figura aqui mostra o parque gerador de energia térmica, as 3 caldeiras em operação pelo empreendimento e aqui a casa de força atual que já comporta os geradores existentes e o novo gerador a ser implantado na ampliação pretendida. Recursos humanos, atualmente a Usina conta com cerca de 132 colaboradores no setor administrativo, 561 colaboradores na área industrial e 1.430 colaboradores na área agrícola, totalizando 2.123 colaboradores. Conforme diagnosticado dentro do trabalho, não está prevista a abertura de novas vagas de trabalho após a ampliação, isso se dará basicamente em função da característica do projeto que é a extensão dos dias de safra pretendidos pela Usina, saindo dos seus 170 dias e passando para 200 dias de safra. Assim nós encerramos a primeira etapa da apresentação e partiremos agora para a segunda etapa diagnóstico social socioambiental da área de influência. Dentro do EIA-RIMA apresentado lá no termo de referência, é necessário que você faça um mapeamento e uma espacialização de toda a área de estudo. Essa figura mostra a localização das áreas agrícolas atuais e as áreas agrícolas potências de ampliação do projeto, então em cima delas é que nós determinamos as nossas áreas de influência, as áreas de influência diretamente afetada, área de influência direta e também a área de influência indireta. Para cada uma dessas áreas são realizados os estudos técnicos específicos, inicialmente os estudos relacionados ao meio físico, as características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, a avaliação de águas superficias e também subterrâneas. Em uma segunda etapa, o meio biológico, foram realizados os levantamentos técnicos em duas campanhas semestrais para o meio biótico fauna e também para o meio biótico flora. E também, uma terceira etapa da caracterização do diagnóstico socioambiental, a avaliação do meio socioeconômico dentro da área de influência direta, os aspectos relacionados à educação, saúde e saneamento. Como é um estudo muito técnico, contendo muitas informações, eu resumi as principais etapas, os principais diagnósticos que foram feitos dentro do EIA-RIMA. Iniciando os pelo meio Físico, trago aqui as principais características do meio geomorfológico, a área de influência direta caracteriza-se por estar inserida dentro de uma região de depressão periférica. No meio pedológico, há o predomínio dos Latossolos vermelhos, essa figura aqui demonstra a caracterização de todo a porção pedológica dentro da área de influência direta. E também a suscetibilidade à erosão, caracterizando a área de alto à médio potencial para o desenvolvimento de erosão laminar, erosões liminares existem os tipos menos severos que são os sulcos, os mais atuantes as ravinas e os mais impactantes aqui as voçorocas. No meio Físico ainda na água superficial, a AID é representada por uma região espacial composta por parte de 3 unidades de gerenciamento de recursos hídricos, maior volume de água superficial de toda a AID é demandada para a utilização de irrigação e hidroagricultura de toda a demanda existente dentro do uso superficial, 59% é utilizado pra essas duas fontes, a qualidade regular das águas superficiais nas avaliações que foram feitas dentro de toda a AID e apresentam em algumas regiões, em algumas subbacias, alguns problemas de disponibilidade. O DAE, que é o departamento de águas e energia elétrica já, dentro do seu sistema, já identificou algumas regiões, algumas bacias que estão tendo esses alguns problemas de disponibilidade de oferta de captação superficial dentro da AID. Como na água subterrânea também avaliada dentro do meio físico, o EIA-RIMA diagnosticou que o maior volume utilizado das águas subterrâneas são para

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

abastecimento sanitário e público, apresentam qualidade boa as águas subterrâneas presentes dentro da AID e alguns problemas pontuais de disponibilidade. Também, representam maior uso dentro da AID o uso sanitário e também para abastecimento público, conforme pode mostrar o quadro aqui das distribuições das outorgas dentro do ano emitidas pelo DAE. No meio biológico foram realizadas boas campanhas semestrais para a flora, o bioma que caracteriza a região é o serrado e a floresta estacional semidecídua, região AID apresenta predomínio da vegetação do topo cerrado e nas campanhas de campo foram identificadas 183 espécies botânicas. A fauna, nas duas campanhas realizadas foram registradas 148 espécies de aves, 27 espécies de mamíferos, 25 espécies de anfíbios, 21 espécies de répteis e 12 espécies de peixes. A seguir algumas figuras demonstrando as atividades que foram realizadas durante as campanhas técnicas evidenciando os dados que estão presentes dentro do EIA-RIMA. Ainda no diagnóstico socioambiental, agora é a vez do meio socioeconômico, município sede do empreendimento Serrana e a área de influência que foi avaliada soma-se ainda 14 outros municípios. No saneamento desses 14 municípios avaliados, o esgoto sanitário apresenta coleta e tratamento satisfatório, a destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares destes municípios. Na saúde, representa como característica regional de saúde da região de Ribeirão Preto, a AID como um todo apresenta 129 centros de saúde, 5 postos de saúde, 24 hospitais e apresenta, de acordo com um índice do SUS, 1,48 leitos para cada 1.000 habitantes, sendo que o estipulado pelo SUS é um número próximo a 3, então há um déficit aí no número de leitos em função do proposto pelo SUS, avaliado dentro do EIA. Na educação, a AID como um todo apresenta um número de 160 estabelecimentos pra pré-escola, 245 para o ensino fundamental e 64 para o ensino médio. Chegamos agora a terceira parte da nossa apresentação que é o prognóstico ambiental. Prognóstico ambiental é a etapa onde nós fazemos a avaliação daquilo que foi diagnosticado dentro das áreas de influência do estudo determinado, dentro do EIA-RIMA, fazemos a avaliação com as ações que são realizadas pela empresa e nós concluímos aqui com o prognóstico ambiental. Em cima do prognóstico ambiental, são identificadas e são propostas medidas preventivas e ou medidas compensatórias para as ações identificadas dentro do estudo. O estudo EIA-RIMA contempla uma série de cerca de 34 impactos foram levantados dentro do EIA-RIMA, eu trago aqui alguns mais relevantes para a apresentação. Na fase inicial do trabalho, a fase de planejamento, o primeiro impacto que foi denotado é a expectativa da população pela ampliação do empreendimento, durante a execução do EIA-RIMA, a consultoria desenvolveu na área de influência direta uma pesquisa de percepção ambiental onde foram entrevistadas 490 pessoas. Como resultado desta pesquisa de percepção, foi verificado que a Usina representa para as pessoas, para os municipis a geração de empregos, representa um benefício muito direto para o comércio local e regional, então mostra o peso que o empreendimento tem para o comércio local e regional. Grande parte dos entrevistados não conseguem correlacionar aspectos negativos no município com a presença da Usina, porém alguns aspectos foram identificados principalmente associados às queimadas. Com relação ao projeto, a totalidade dos entrevistados se mostrou favorável pois irá trazer mais desenvolvimento ao município e à região. Como medida de mitigação para esse impacto prevê-se intensificar as ações de comunicação social, promover em conjunto às infraestruturas municipais as informações sobre o projeto de expansão e intensificar as ações de capacitação dos funcionários, visando o crescimento profissional. Na fase de ampliação e operação agrícola foi identificado dentro do EIA a possibilidade do aparecimento de processos erosivos em função dos novos plantios de cana de açúcar. Como medidas de controle, medidas preventivas para o aparecimento desse tipo de impacto são previstas

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

adoções de práticas de conservação do solo visando minimizar o aparecimento desses processos erosivos. A distribuição racional de carreadores, a prática da subsolagem, entre outras já difundidas pelo Departamento Agrícola. Outro impacto avaliado dentro do estudo é a possibilidade de contaminação ambiental do solo decorrente da fertirrigação. O empreendimento segue as diretrizes da norma da CETESB, P4231 de 2006, que é a norma do plano de aplicação de vinhaça. Toda aplicação de vinhaça é distante de 1 mil metros dos núcleos urbanos e ela respeita as faixas de aplicação nas áreas de recarga do aquífero, conforme a resolução específica. Ainda na fase de ampliação e operação agrícola, o EIA identificou a possibilidade do impacto negativo com relação à fauna, como medida de mitigação prevê-se a prática de mecânica ou manual de controle de práticas daninhas, controle biológico para combater essa praga e isso significa a redução da utilização de produtos agroquímicos, visando a minimização do impacto direto à fauna. Manter aceiros, evitando a lixiviação de produtos agroquímicos nos ambientes naturais, como sabemos a fauna utiliza -se dos aceiros ai para locomoção. E também emprego de treinamento dos funcionários e terceirizados visando diminuir a incidência de atropelamento da fauna nativa, dentro dos planos de monitoramento de fauna e flora é previsto a aplicação de treinamento para os operadores agrícolas e motoristas visando a educação ambiental para a minimização ou o não atropelamento da fauna local. A perda do habitat de fauna pela implantação de áreas agrícolas, esse impacto está relacionado ai à possibilidade de supressão de vegetação pela implantação de novos canaviais. A adoção de medidas de preservação nos remanescentes inseridos dentro da área de cultivo são medidas previstas dentro do EIA e a proteção e recuperação das áreas de preservação permanente de forma a estabelecer e implantar os corredores ecológicos. Na fase de ampliação e operação industrial, o impacto que foi estudado dentro do EIA foi a geração de resíduos nas obras previstas pela ampliação e nas atividades industriais exercidas pela Usina. Medidas de minimização, medidas preventivas para este impacto a implementação de um gerenciamento dos resíduos da construção civil conforme a legislação ambiental exige, a aplicação racional nas áreas agrícolas dos resíduos provenientes da atividade industrial. A usina possui hoje um pátio de mistura de todos esses resíduos fazendo ali a compostagem antes da aplicação deles em solo agrícola, visando a melhor utilização orgânica destes produtos em solo agrícola e também a adoção do processo de minimização na geração, acondicionamento, coleta, transporte, disposição final de todos os resíduos aí que não são utilizados na área agrícola, que são necessários a sua disposição final fora da atividade da empresa. Ainda na fase de ampliação e operação industrial, impacto da utilização do recurso hídrico, esse é um impacto extremamente positivo conforme nós vimos anteriormente, ela vai possibilitar a redução do consumo específico de água no parque industrial, melhorando a qualidade ambiental em função daquilo que, da quantidade de água que nós vamos reduzir em captação no Rio Pardo. O quadro demonstra ali que na situação atual o consumo específico é de 5,72 e após a ampliação o consumo específico será de 0,63 então esse é um impacto extremamente positivo aí para a água superficial previsto dentro EIA-RIMA. Impacto na operação industrial e conservação da infraestrutura viária, são medidas de mitigação previstas dentro do EIA a adequação das estradas internas visando reduzir a velocidade do rolamento, a participação da empresa em sistemas de manutenção do tráfego, manutenção do sistema de sinalização das vias de acesso ao empreendimento, manutenção preventiva de veículos e uso de equipamentos obrigatórios e a utilização de cargas sem excesso de peso. Fechamos agora a parte 4 da apresentação com os programas ambientais e de monitoramento, atualmente o empreendimento executa alguns programas ambientais, alguns deles ligados ao

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

protocolo agroambiental, programa ambiental de conservação do solo, de conservação dos recursos hídricos e programa de recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Alguns outros programas de monitoramento já são executados em atendimento ao licenciamento atual, são eles as águas superficiais, emissões atmosféricas que são as análises dos efluentes gasosos emitidos pelas caldeiras e também um monitoramento de solo, que é executado em atendimento ao plano de aplicação de vinhaça. Dentro do EIA-RIMA, foram associados alguns novos planos previstos para serem executados. Está previsto a ampliação do programa de águas superficiais, o programa de gestão ambiental, programa de controle de tráfego de veículos e o monitoramento ecológico, monitoramento de fauna e de flora dentro da área de influência direta. Compensação e conclusão, a compensação ambiental ela é uma atividade prevista pela Lei Federal 9.985 de 2000, ela prevê que, de todo o valor que vai ser destinado à ampliação do projeto, um determinado percentual seja revertido em benefício às unidades de conservação presentes dentro da área de influência indireta do empreendimento. Então, dentro do EIA-RIMA, está valorado todos os impactos gerados pela atividade da empresa, está proposto um percentual dos valores destinados à ampliação, um valor desse percentual destinado ao atendimento da Lei, da compensação ambiental. Na conclusão, nós realizamos o estudo do EIA-RIMA, avaliamos todo o diagnóstico agroambiental da área de influência direta, avaliamos as operações agrícolas e industrial do empreendimento e, analisando todas essas informações e propondo os programas ambientais e os programas de monitoramento, nós entendemos que o projeto possui uma viabilidade ambiental e pode ser avaliado pela CETESB e concedido as licenças devidas. Eu gostaria de agradecer aqui ao Anselmo, ao Fábio que está nos assistindo remotamente, ao pessoal da Usina da Pedra e me coloco à disposição para aquilo que for necessário, muito obrigado. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado aqui ao Kleber Torezan, da PROJEC Engenharia Ambiental, muito obrigado. Gostaria então aqui de informar que as inscrições para o uso da palavra foram encerradas as 18 horas e 5 minutos, eu já tenho aqui comigo a listagem dos inscritos, agradeço a todos aqueles que estão participando tanto pelas plataformas Teams e também pela plataforma do YouTube. Também nós temos pessoas também que estão acompanhando a gente no ponto de acesso virtual fornecido como uma obrigatoriedade pra elaboração da audiência pública, nós tivemos inscrições para alguma manifestação? Nenhuma lá, né? Perfeito. Nós já temos então aqui as listagens, nós temos aqui são 4 inscritos para o uso da palavra, sem manifestações de representantes do Ministério público e também não temos manifestação de entidades e representantes de entidades da sociedade civil. O primeiro inscrito é o senhor Lucas Venci Guerra, eu verifico que ele não está conosco no Microsoft Teams, ele não acessou, eu vou solicitar ao senhor Lucas se estiver nos acompanhando pelas redes sociais por favor, encaminhe depois o seu questionamento para o email do CONSEMA, é consema@sp.gov.br, tem até 5 dias úteis não só o senhor Lucas mas também todos os outros interessados, por favor, encaminhe para a gente para que sua contribuição seja considerada no processo. Vou passar então à próxima inscrição de **Ana Júlia Traiba da Silveira**, ela fala como pessoa física, esse seguimento de pessoa física e ela encaminhou o questionamento dela por escrito, eu vou efetuar então aqui a leitura. Diz a senhora Ana Júlia, é mencionado no EIA-RIMA que a decisão da ampliação proposta pela Usina da Pedra baseia-se na disponibilidade de áreas agrícolas propícias à expansão do cultivo de cana de açúcar na sua área de influência e que isso se dá principalmente pelo término do contrato de exploração da unidade Ipirá, gostaria de saber primeiro que estudos ou fatores determinam que as áreas agrícolas são propícias à expansão do cultivo de cana de açúcar, se mais da metade

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

dessas áreas são adequadas com restrições ambientais, ou seja, apresentam vulnerabilidades. Segundo, o motivo do término do contrato de exploração está relacionado também com o fato do solo não apresentar mais um bom desempenho, caso esteja, serão realizadas técnicas de mitigação para recuperação desse solo? E caso sim, quais serão essas técnicas? Esse foi o questionamento de Ana Júlia Traiba da Silveira. Vou passar então aqui ao próximo inscrito, ele está aqui conosco na plataforma Teams, senhor Tárik Chaves Taha. Seguimento também de pessoa física, Tarik está conosco, eu peço então que, se possível, ligue a sua câmera pra ficar registrado também e por favor pode ligar o seu microfone, o senhor tem 3 minutos para fazer o uso da palavra, por favor. **TÁRIK CHAVES TAHA.** Boa tarde a todos. **ANSELMO GUIMARÃES.** Boa tarde. **TÁRIK CHAVES TAHA.** Meu questionamento se dá ao seguinte, no EIA se diz, abre aspas, de acordo com o plano de aplicação de vinhaças da safra de 2019 e 20, as áreas de fertirrigação da Usina da Pedra somam um montante de 21 mil e 337 hectares, as amostras de solo realizadas nesse plano de aplicação indicam um potencial de aplicação de vinhaças total de 5 milhões e 983 metros cúbicos. Conforme o zoneamento agroambiental da cana de açúcar, 51% da área de influência direta está em áreas com restrições, uma delas sendo vulnerabilidade geopolítica, quais estudos foram realizados para garantir que a aplicação de vinhaças não ocorrerá nas áreas de alta vulnerabilidade ou, se aplicada, não acarretará problemas de contaminação, já que não foram apresentados mapas no EIA de onde está aplicada a vinhaça e suas respectivas taxas de aplicação nessas determinadas áreas. Obrigado. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado Tárik, obrigado. Muito obrigado aqui agradeço à Tárik Chaves Taha da Unesp, fala como representante pessoa física. Passar então aqui ao próximo inscrito, ele está também conosco aqui na Plataforma Microsoft Teams, que é Marcus César Avezum de Castro, também da Unesp Rio Claro, também no seguimento pessoa física. Marcos de Castro, muito obrigado pela presença, peço então que habilite o seu microfone, por favor faça o uso da palavra, são 3 minutos também. **MARCUS DE CASTRO.** Peço desculpas ai porque minha câmera não está funcionando, todos me escutam? **ANSELMO GUIMARÃES.** Sim. **MARCUS DE CASTRO.** Todos me escutam? **ANSELMO GUIMARÃES.** Sim, nós escutamos. **MARCUS DE CASTRO.** Então, boa tarde a todos, o primeiro questionamento, na verdade me apresentando, sou professor da disciplina de avaliação de impactos, eu tenho alguns alunos, a turma toda esta assistindo a audiência pública, normalmente participamos das audiências quando são presenciais, mas em função dessa pandemia os alunos estão assistindo pelo YouTube a apresentação, então após as releituras ai, algumas considerações é que segundo o EIA, na safra de 2019 e 20 foram geradas 2 milhões, aproximadamente 2 milhões de metros cúbicos de vinhaça que serão aplicados em 21 mil 337 hectares dos 9 mil hectares totais, ok? E com essa nova produção, com esse acréscimo da produção, a produção de vinhaça passaria para 2 milhões e 295 mil metros cúbicos a aplicação de 107 metros cúbicos por hectare por safra. Na verdade, a questão que coloca é um estudo, qual estudo foi apresentado no EIA-RIMA que demonstra que essas áreas de aplicação na verdade não coincide com as áreas de maior vulnerabilidade do aterro, que são aquelas áreas de zoneamento ambiental, ecológico e econômico, onde coloco aqui que 52% da área de expansão do cultivo estão localizadas nessa área. Além dessa questão relacionada à aplicação das vinhaças sobre a área de alta vulnerabilidade e essas áreas de restrição estão ligadas à vulnerabilidade do aquífero, deve-se destacar ainda a questão da vulnerabilidade do solo à erosão laminar, então, de novo não foi observado no EIA primeiro o estudo que demonstre ok? Que em alguns momentos ele fala 130 metros cúbicos por hectare e em outros em e fala 107 metros cúbicos por hectare. Mas enfim, não foi demonstrado as áreas de aplicação da vinhaça,

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

demonstrando taxa de geração com área de aplicação e efetivamente quais são essas áreas, ou seja, qual é o estágio, a condição de vulnerabilidade dessas áreas em relação ao aquífero, considerando aí que a principal cidade da região é Ribeirão Preto que tem 100% de seu abastecimento público com captação de água subterrânea. Outra questão ainda, com relação à aplicação da vinhaça é com relação à vulnerabilidade a erosão, como foi colocado inclusive na apresentação pelo responsável pelo EIA, as áreas de expansão de cana se encontram em áreas de alta e média vulnerabilidade a erosão. Esse cenário aliado a uma região de alta densidade hídrica, ou seja, de vários corpos de água, considerando ainda que o período de safra né, de entressafra, onde você tem a colheita da cana, onde você tem o solo descoberto, coincide com o período de chuva, quais estudos demonstram, quais estudos foram apresentados comprovando que esses processos erosivos na verdade não serão agravados por essa expansão, comprometendo a qualidade dos corpos hídricos superficiais ok? E qual ações mitigadoras, na verdade, que se busca, se identificar essas áreas de maior vulnerabilidade para que se possa então ter mais atenção nas ações mitigadoras, basicamente é essas questões, muito obrigado. **ANSELMO GUIMARÃES.** Perfeitamente professor, muito obrigado pela participação senhor professor Marcos César Avezum de Castro, Unesp Rio Claro, muito obrigado pela contribuição. Vejo aqui, recebi aqui a lista dos inscritos aqui para participação, nós temos aqui o pessoal da Unesp Rio Claro, também da Unifesp lá de Santo André, temos o pessoal aqui também da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, está aqui o senhor Alexandre Bertarelos, se inscreveu também para participar, aqui e o pessoal da Unesp Rio Claro como eu já citei, também está conosco aqui na Plataforma Teams também o segundo sargento PM Fernando, muito obrigado aqui pela presença e a todos os demais colegas aqui que nos acompanham. Bom, foram encerradas então as inscrições para o uso da palavra, todas as pessoas inscritas aqui estavam conosco então já fizeram as suas manifestações e dessa forma então nós vamos a parte das respostas das respostas e comentários. Novamente nós vamos convidar aqui então, para fazer a sua fala, tanto a representante do empreendedor e também da equipe técnica que elaborou o projeto, para fazer os comentários acerca daquilo que for possível nesse momento sobre os questionamentos que foram feitos aqui, no intuito até de esclarecimento aqui acerca do projeto que foi apresentado. Dessa forma está aqui comigo novamente aqui Cleber Torezan e também está aqui comigo a Maria Fernanda, que poderão prestar os esclarecimentos. Então imediatamente então, convido aqui para o uso da palavra, obrigado. **CLEBER TOREZAN.** Obrigado ai pelos comentários, pelas dúvidas e também pelas observações. Pelo que eu pude observar das 3 pessoas que fizeram as suas perguntas, elas se resumem bastante ai à questão da aplicação de vinhaça em área agrícola. Só fazendo uma rápida explanação sobre a aplicação de vinhaça em solo agrícola, toda a sua execução, toda a sua implementação ela tem como base uma norma técnica referenciada pela CETESB, que é norma P4231, que teve início em 2006 e uma revisão em 2015. Então, essa norma ela estabelece o que? Ela estabelece que você precisa primeiro caracterizar o solo da sua região, caracterizar o seu solo com base nas suas características ambientais, de fertilidade e de qualidade para que essas amostragens sejam realizadas a todo um rito técnico. Ela estabelece também que você deve fazer uma amostra no período das safras de 2 coletas da vinhaça que você produziu durante a safra, então essa amostragem do solo e também a caracterização da vinhaça ela propicia você estabelecer, dentro da sua área de aplicação de vinhaça, qual será o volume, qual será a quantidade total de efluente vinhaça que você poderá fazer a aplicação nas áreas agrícolas. Então baseado na característica do solo e na característica da vinhaça, você consegue estabelecer as áreas, se elas possuem capacidade, se elas têm potencial pra receber aquela vinhaça

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

que vai ser gerada ou não. Então, respondendo a questão com relação à questão de vulnerabilidade do aquífero, vamos lá, quando a CETESB estabeleceu o protocolo agroambiental, ela mapeou, ela deu um norte, uma direção das áreas que possuíam maiores ou menores, estou procurando a palavra correta, mas as áreas mais sensíveis à possibilitarem impactos na questão da vulnerabilidade dos aquíferos, então a condição que estabelece a vulnerabilidade ou não é um estudo que é feito juntamente com o pavi e apresentado à agência regional. Visando mapear esses riscos potências, foi estabelecido no ano de 2018 a decisão de diretoria 132 que estabelece a obrigatoriedade da implantação dos poços de monitoramento em áreas de aplicação de vinhaça, o EIA-RIMA foi finalizado antes da execução desses poços, eu sei que hoje a Pedra já possui nas suas áreas agrícolas de aplicação de vinhaça esses poços de monitoramento, mais um instrumento que vai poder aferir, que vai poder contribuir para a certificação de que a aplicação desses efluentes, seguindo as características ambientais de fertilidade, seguindo as características ambientais de qualidade do solo e das características dos efluentes aplicados da vinhaça que vai ser aplicada, não estará causando alterações tanto no solo que é monitorado nas questões de fertilidade anualmente, nas questões de qualidade a cada 5 anos conforme a norma prevê, a implantação desses poços de monitoramento com a execução de campanhas de monitoramento semestrais vai poder mostrar que a aplicação desses efluente no solo não estará causando alterações também nas águas subterrâneas. Com relação a números que foram citados, realmente no momento aqui eu não tenho como aferir as condições que foram apresentadas, mas posso afirmar que esse tópico foi exatamente um dos que eu me debrucei dentro do estudo em função da questão ambiental ter uma importância muito grande para o grupo e em especial aqui a Usina da Pedra, em função da aplicação da vinhaça ser levada de maneira tão racional, é demonstrado aqui dentro do estudo que, de acordo com as análises de solo apresentadas e protocoladas na CETESB na safra de 2019 2020, mesmo com a ampliação pretendida, mesmo com a ampliação do volume de vinhaça que vai ser gerado, que na apresentação foi demonstrado que é de cerca de 200 metros cúbicos por hora, a área atual de vinhaça, a área atual agrícola que recebe essa aplicação de vinhaça vai ter condição de absorver esse volume adicional que vai ser gerado. Com relação às questões que foram abordadas ai pelo professor no que diz respeito à questão de erosão, o pessoal do Departamento Agrícola eles seguem normas específicas para a implantação da cultura da cana de açúcar, dentro delas podemos citar a norma técnica do estado, do IAC específica para áreas de solo com essas características e a mitigação da prevenção de aparecimentos de processos erosivos, elas estão todas elas embasadas, conforme eu disse, dentro do protocolo agroambiental. O protocolo agroambiental cuja análise e aprovação é feita também anualmente por um departamento específico da Secretaria do Meio Ambiente, concede anualmente às indústrias do setor sucroalcooleiro o certificado do programa Etanol mais Verde. Anselmo, eu acredito que essas repostas atendem ai a necessidade da pessoas que fizeram inscrição. Me coloco a disposição no que for mais necessário. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado Kleber. Maria Fernanda, gostaria de fazer algum comentário? **MARIA FERNANDA.** Eu só vou complementar porque pelo que eu me lembro a primeira pergunta dizia sobre a gente deixar de moer na Usina Ibirá e se isso teria a ver com a qualidade do solo que a gente teria encontrado por lá e se ele teria ficado degradado, muito pelo contrário, essas áreas continuam sobre nossa exploração, elas fazem, elas já fizeram parte de uma ampliação anterior e nós continuamos as explorando. O que aconteceu lá, nós utilizamos o parque industrial que já existia, fizemos diversas melhorias e ali ficamos por 20 anos através de um sistema de comodato e arrendamento, então nós deixamos

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**

por uma questão de estratégia e gestão, por ser uma unidade até muito próxima aqui da Usina da Pedra, de utilizar o parque industrial, mas essas áreas elas continuam sendo, na sua grande maioria, claro a gente tem um vai e volta muito grande de áreas de parcerias e de fornecimento de acordo com o mercado, mas nós continuamos as explorando, elas continuam boas para a produção em sua grande maioria e nós tomamos todos os cuidados como o próprio Kleber falou como a questão de erosão e do cultivo em si. Tá, acho que era só para complementar um ponto que ficou sem resposta na primeira pergunta. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado, muito obrigado ao Cleber e a Maria Fernanda, vou passar então agora a palavra, que está acompanhando a gente aqui por vídeo conferência o Fábio Deodato da CETESB, que poderá aqui fazer seus comentários acerca dos trabalhos. Fábio, muito obrigado, fique a vontade, a palavra é sua. **FÁBIO DEODATO.** Obrigado, obrigado Anselmo. Com relação aos questionamentos que foram feitos, a equipe que está analisando o EIA-RIMA também sentiu falta de algumas informações com relação à vulnerabilidade à contaminação do aquífero né, também com relação à suscetibilidade a processos erosivos. A gente incluiu essas solicitações na informação técnica que foi emitida recentemente, pedindo informações complementares, pedimos para fazer um levantamento de dado primário sobre a qualidade das águas subterrâneas e superficiais, com relação a esse aspecto da contaminação do aquífero. A gente também pediu algumas informações sobre a distribuição das áreas agrícolas no mapa de risco à erosão e gostaria só de lembrar também, o próprio Cleber já mencionou da decisão diretoria da CETESB 132 de 2018 estabelece um plano estadual para monitoramento da qualidade das águas subterrâneas e a Usina da Pedra ela foi selecionada para essa primeira etapa. Esse plano vai ser feito por etapas e a Usina da Pedra ela está dentro dessa primeira fase de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas e até por isso a gente acrescentou isso na informação técnica também, pedindo dados primários porque pela decisão de diretoria a Usina já precisa fazer esse monitoramento da qualidade das águas subterrâneas. A partir das informações coletadas aqui, a gente vai avaliar com um pouco mais de cuidado também essa questão da vulnerabilidade porque ali na região tem algumas áreas que são um pouco mais suscetíveis do que outras e nessas áreas mais suscetíveis é necessário fazer monitoramento, se for feito realmente a aplicação de vinhaça ou idealmente assim se não for feita né a aplicação nessas áreas com mais facilidade à contaminação seria o ideal, mas caso seja constatado essa situação a gente vai pedir pra fazer esse monitoramento da qualidade das águas subterrâneas e só lembrando que a Usina ela já está dentro desse plano estadual de monitoramento estabelecido pela decisão de diretoria da CETESB 132 de 2018, tá bom? Obrigado Anselmo. **ANSELMO GUIMARÃES.** Muito obrigado Fábio Deodato, muito obrigado a todos que compareceram aqui na presente audiência pública, gostaria só de ressaltar aqui então que temos aqui o prazo de 5 dias úteis para o encaminhamento das contribuições, então até o dia 16 de dezembro de 2020. As contribuições por escrito podem ser encaminhadas para o e-mail consema@sp.gov.br, nós vamos compilar todas as informações e manifestações vamos encaminhar para a CETESB para dar continuidade então ao rito do licenciamento ambiental. Então agradeço a todos os presentes aqui, saúdo a todos e, em nome do secretário de infraestrutura e meio ambiente doutor Marcos Penido presidente do CONSEMA e meu próprio, declaro então encerrados os trabalhos e desejo a todos uma ótima noite, muito obrigado.

Peça do processo/documento CETESB.014642/2019-18, materializada por: N.L.L em 24/11/2026 10:36 CPF: ***.086.848-**